

PMDB já admite negociação com FMI



Os deputados Luís Henrique e João Hermann só não concordam com o monitoramento do Fundo

A severa linguagem de repúdio ao Fundo Monetário Internacional, sustentada pelo PMDB desde o governo Figueiredo até o final da semana passada, cedeu lugar ontem, dentro do partido, à discussão de condições em que seria aceitável uma reaproximação do governo com o FMI. Os peemedebistas ainda rejeitavam a receita recessiva do Fundo para a economia, bem como a retomada de negociações destinadas a garantir capital externo de investimento para o país.

O abrandamento do discurso do PMDB vem se acentuando em função do agravamento da crise econômica e financeira do país. O líder da bancada na Câmara, deputado Luís Henrique, que hoje conversará com o presidente Sarney sobre a situação econômica do país, considerou ontem natural que o Brasil busque recursos para investimento no FMI.

— O Brasil é sócio do Fundo — disse.

Mas fez questão de frisar que seu partido não aceita o monitoramento do FMI e não abre mão de que o país tenha soberania para tratar de seus problemas internos.

Interveniência

O primeiro vice-líder do PMDB na Câmara, deputado João Hermann (SP), um dos representantes da ala «esquerda» do partido, é mais afirmativo:

— Por que não ir ao Fundo, do qual o Brasil é sócio?, pergunta, acrescentando que, no seu entendimento, o PMDB deve honrar seu compromisso na área social — melhorar a qualidade de vida da população.

«A tática não importa» — diz Hermann. «Ir ou não ir ao FMI é uma coisa pequena. É o adjetivo; precisamos cuidar do substantivo».

O presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, que na última semana, em entrevista a uma TV sueca declarou que o FMI «tem a repulsa do PMDB e do povo brasileiro», ontem foi menos incisivo:

— O governo brasileiro procurou o caminho de fazer composições diretamente com os bancos, sem a interveniência do FMI.

Mesmo diante da insistência das perguntas sobre o FMI, ele não tratou diretamente do assunto.

Ulysses Guimarães afirmou que o governo tentará todos os meios para evitar o «confronto» — a declaração da moratória. Em entrevista à imprensa, ele fez questão de destacar que a responsabilidade das medidas econômicas a serem adotadas é do governo, mas o PMDB e o PFL serão informados e deverão apoiá-las.

Discussões

Se o governo está efetivamente elaborando novo pacote econômico, planejando decretar a moratória como forma de equacionar o problema da dívida externa, ou o presidente José Sarney preparando a reforma ministerial, as medidas ainda não chegaram oficialmente ao novo líder do PMDB na Câmara, Luís Henrique, que somente hoje vai avistar-se com o chefe do Executivo. Ontem, o deputado catarinense explicou à imprensa não ter informações a respeito desses assuntos e considerou perfeitamente normal que o líder da maioria da Casa, Carlos Sant'Ana, esteja se reunindo com os ministros da área para discutir a crise econômica.

Luís Henrique previu que terá bom relacionamento com a liderança da maioria, observando que as duas funções são complementares. Ele explicou que o deputado Carlos Sant'Ana mantém entendimentos com os parlamentares em nome do Governo, enquanto a sua tarefa é levar essas questões à bancada, e, depois, transmitir ao Executivo a posição dos peemedebistas.

Apesar de não dispor de nenhuma informação sobre as questões mais importantes da atualidade, o líder peemedebista disse estar certo de que o governo não adotará nenhuma medida importante no setor econômico sem conhecimento prévio do PMDB, ou integração plena com o partido. Luís Henrique adiantou que, no dia 25, o ministro Dílson Funaro comparecerá a uma reunião da bancada para discutir os problemas econômicos que afetam a vida do país, o que será sistematizado numa pauta de discussões.